COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. GERALDO RESENDE e outros)

Requer informações ao Ministério da Saúde acerca da disponibilidade e distribuição de medicamentos de uso contínuo para a população idosa no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, §2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o envio de pedido de informação ao **Ministério da Saúde**, com o objetivo de obter os seguintes dados:

- **1.** Quais são os medicamentos de uso contínuo atualmente fornecidos pelo SUS para o tratamento de doenças crônicas prevalentes entre idosos (hipertensão, diabetes, dislipidemias, osteoporose, entre outras)?
- **2.** Existe lista padronizada nacional de medicamentos essenciais para a população com 60 anos ou mais? Caso positivo, favor encaminhar cópia ou link oficial.
- **3.** Qual é a cobertura de distribuição desses medicamentos, com detalhamento por estado e município, nos anos de 2023 e 2024?
- **4.** Há registro de desabastecimento ou interrupções no fornecimento desses medicamentos em alguma unidade da

Gabinete Brasília - Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gab. 304 – CEP: 70.160-900 – Fone: (61) 3215-5304 Escritório Campo Grande - Av.: Afonso Pena, 2440, Sala 23 - CEP: 79.002-074 – Fone: (67) 3025-4567 **E-mail: dep.geraldoresende@camara.gov.br** Site: www.geraldoresende.com.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO GERALDO RESENDE – PSDB/MS

federação no período de 2023 e 2024? Se sim, quais medidas foram adotadas?

- **5.** Há previsão de atualização ou ampliação da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) com foco na população idosa?
- **6.** Quais são os critérios técnicos e epidemiológicos utilizados para a definição dos medicamentos ofertados prioritariamente ao público idoso?
- **7.** Existe alguma política ou programa específico dentro do Ministério da Saúde voltado à assistência farmacêutica para pessoas idosas? Se sim, favor detalhar.
- **8.** Qual é o orçamento atual destinado à aquisição e distribuição desses medicamentos voltados ao tratamento de doenças crônicas em idosos? Como se deu sua execução em 2023 e até o momento em 2024?
- **9.** Como está estruturada a cadeia logística da distribuição desses medicamentos: aquisição, armazenamento, transporte e entrega nos municípios? Há mecanismos de monitoramento?
- **10.** Existem parcerias com estados e municípios para reforçar o abastecimento de medicamentos de uso contínuo para a população idosa? Se sim, quais programas ou convênios estão vigentes?





Gabinete Brasília - Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gab. 304 – CEP: 70.160-900 – Fone: (61) 3215-5304 Escritório Campo Grande - Av.: Afonso Pena, 2440, Sala 23 - CEP: 79.002-074 – Fone: (67) 3025-4567 **E-mail: dep.geraldoresende@camara.gov.br** Site: www.geraldoresende.com.br

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento visa obter informações essenciais do Ministério da Saúde sobre a distribuição de medicamentos de uso contínuo para a população idosa, especialmente no que diz respeito às doenças crônicas que mais acometem essa faixa etária, como hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemias, osteoporose e outras enfermidades de caráter degenerativo.

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno acelerado e irreversível. De acordo com o IBGE, atualmente mais de 32 milhões de brasileiros têm 60 anos ou mais.

Estima-se que, em menos de duas décadas, o número de idosos no país ultrapassará o de crianças e adolescentes. Essa transição demográfica exige, por parte do poder público, políticas assertivas, preventivas e integradas voltadas à garantia da saúde e da qualidade de vida dos idosos.

Um dos principais pilares da saúde da pessoa idosa é o **acesso** regular e gratuito a medicamentos de uso contínuo, fornecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Para muitos brasileiros idosos, especialmente os de baixa renda, esses medicamentos representam a única forma viável de manter seus tratamentos em dia e evitar agravamentos que, frequentemente, culminam em hospitalizações, perda de autonomia funcional e morte precoce.

No entanto, têm sido recorrentes os relatos de **interrupções na oferta de medicamentos essenciais nas farmácias públicas**, falta de planejamento logístico e ausência de políticas específicas voltadas ao cuidado integral da saúde da pessoa idosa, o que configura verdadeiro desrespeito à dignidade da pessoa humana e afronta ao Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº

esentação: 03/07/2025 14:44:11.077 - CID

10.741/2003), que garante o acesso universal e igualitário à saúde para esse público.

Como parlamentar com trajetória dedicada à saúde pública, inclusive como ex-secretário estadual de Saúde, considero que a assistência farmacêutica adequada é um dos fundamentos para a redução de desigualdades regionais e sociais, bem como um componente essencial da atenção primária à saúde.

Portanto, é dever desta Comissão e de seus membros buscar informações claras, atualizadas e transparentes sobre o fornecimento de medicamentos à população idosa, identificando falhas, omissões ou gargalos que comprometam a efetividade das políticas públicas.

Os dados solicitados permitirão, ainda, a proposição de ações corretivas e preventivas no âmbito do Poder Legislativo, além de permitir o adequado exercício da fiscalização e do controle social sobre as ações executadas pelo Ministério da Saúde.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputado **GERALDO RESENDE**PSDB / MS

Deputada **FLÁVIA MORAIS**PDT / GO

Deputado **LUIZ COUTO**PT / PB



Requerimento para envio de Requerimento de Informação pela Comissão

Deputado(s)

- 1 Dep. Geraldo Resende (PSDB/MS) Fdr PSDB-CIDADANIA
- 2 Dep. Luiz Couto (PT/PB)
- 3 Dep. Flávia Morais (PDT/GO)

